Tiago Cunha defende que a transição energética deve criar valor para os territórios e beneficiar as comunidades locais

O presidente da Câmara de Paredes de Coura participou na conferência anual da Associação Portuguesa das Energias Renováveis, defendendo um modelo de desenvolvimento das energias renováveis que reconheça o papel dos municípios, assegure benefícios duradouros para as populações e compatibilize a produção de energia com a valorização do território.

Tiago Cunha participou na Portugal Renewable Energy Summit (#PRES2026), a conferência anual da APREN, que decorreu na Culturgest, em Lisboa, reunindo responsáveis políticos, representantes institucionais, empresas, investidores e especialistas nacionais e internacionais para debater os principais desafios e oportunidades do setor energético. O autarca integrou o painel 'Renováveis, gestão do território e comunidades locais', trazendo para o debate a perspetiva de um município que conhece, pela sua própria experiência, os desafios e as oportunidades associados à implantação de projetos de produção de energia renovável em territórios de baixa densidade, onde a paisagem, os recursos naturais e as comunidades locais constituem ativos fundamentais para o desenvolvimento.

Oportunidade de desenvolvimento para os territórios

"A transição energética não pode ser entendida apenas como um processo de instalação de infraestruturas e de aumento da capacidade de produção de eletricidade renovável. Tem de ser também uma oportunidade de desenvolvimento para os territórios que acolhem esses investimentos, com benefícios concretos para as suas populações", defendeu Tiago Cunha, que valorizou a experiência acumulada de Paredes de Coura e do Alto Minho na relação entre produção de energia e desenvolvimento territorial.

Inserida numa região com um percurso significativo na produção de energia eólica, designadamente pelo projeto do Parque Eólico do Alto Minho I, Paredes de Coura conhece a realidade das renováveis e Tiago Cunha sustenta que esta experiência constitui um património de conhecimento que deve ser considerado na definição das políticas públicas para o setor. Mais do que discutir apenas os mecanismos de compensação financeira, importa perceber como se pode construir uma relação duradoura entre os promotores, os municípios, as freguesias, as comunidades locais e os proprietários dos terrenos.

"Os territórios não podem ser vistos apenas como espaços disponíveis para receber infraestruturas necessárias à transição energética. São comunidades com identidade, património natural, atividades económicas e expectativas legítimas relativamente ao seu futuro", explicou o presidente da Câmara de Paredes de Coura, defendendo a necessidade de garantir que uma parte efetiva do valor gerado permaneça nos territórios.

Distribuição mais equilibrada dos benefícios da transição energética

O autarca courense destacou a importância de aproveitar os instrumentos legais atualmente existentes, mas também de continuar a aprofundar as soluções que permitam assegurar uma distribuição mais equilibrada dos benefícios da transição energética. Tiago Cunha considerou, contudo, que "a existência de compensações financeiras, embora importante, não deve esgotar a relação entre os projetos e os territórios. É necessário que os benefícios se traduzam também em oportunidades de desenvolvimento local, na valorização das infraestruturas e dos equipamentos coletivos, no apoio às instituições, na melhoria das condições de vida das populações e na criação de novas oportunidades económicas".
A este propósito, destacou a importância de mecanismos de envolvimento das comunidades desde as fases iniciais de conceção dos projetos, de modo que as populações possam conhecer as propostas, compreender os seus impactos, participar na discussão das soluções e acompanhar os compromissos assumidos pelos promotores.

Transição energética compatível com a valorização do território

Outro dos aspetos sublinhados por Tiago Cunha foi a necessidade de encontrar um equilíbrio entre os objetivos nacionais de produção de energia renovável e a proteção dos valores ambientais, paisagísticos e económicos dos territórios, recordando que para Paredes de Coura esta questão assume particular relevância pela riqueza do património natural, pela presença de áreas classificadas e pela importância da paisagem para a identidade e para a economia local.
A Paisagem Protegida do Corno de Bico, os baldios, os espaços florestais e os sistemas agro-silvopastoris são exemplos de recursos que exigem uma gestão integrada e uma visão de longo prazo, defendeu Tiago Cunha, reforçando que "a implantação de projetos energéticos deve ser precedida de uma avaliação rigorosa da sua compatibilidade com os instrumentos de ordenamento do território, os valores ambientais e as estratégias de desenvolvimento de cada município".
Acima de tudo, a confiança deve prevalecer para o sucesso de qualquer projeto com impacto territorial. "É necessário que as pessoas percebam o que muda no seu território, quais os impactos que podem ocorrer e, sobretudo, que benefícios concretos podem resultar para a comunidade onde vivem", explicou o autarca, defendendo a participação das juntas de freguesia, das associações, dos proprietários, dos compartes dos baldios e das restantes instituições locais que devem assumir um papel relevante na construção das soluções.
"A transição energética não pode ser apenas uma transformação do sistema de produção de energia. Deve ser também uma oportunidade para valorizar os territórios, reforçar as comunidades e criar condições para um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável", concluiu.

Para fotos, por favor aceda ao seguinte link: https://we.tl/t-usHiEhd8EPo0p3FT

Paços do Município

2026.11.26